



Orçamento depende de acordo sobre aposentados e Judiciário

Comissão Mista de Orçamento faz hoje, último dia antes do recesso, última tentativa de votação da lei que define os gastos do governo federal para 2012. Adiamento da análise para fevereiro só será evitado com acordo sobre reajustes para o Poder Judiciário e aposentados

Jane Araújo/Senado Federal



Moka (em pé), Marco Maia e Sarney durante promulgação da emenda que prorroga a Desvinculação de Receitas da União

A votação do Orçamento para 2012 pode ficar para fevereiro caso não haja acordo para reajustar os salários do Poder Judiciário e do Ministério Público da União e os benefícios de

aposentados e pensionistas superiores a um salário mínimo. O projeto precisa ser votado na comissão mista e no Plenário do Congresso. Eventual adiamento não impede o início do recesso parlamentar, amanhã. **3**

Prorrogação da DRU é promulgada pelo Congresso **3**

Aprovados créditos a ministérios e empréstimos **3**

Na última sessão do ano, CCJ tem votações, balanço e polêmica

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Eunício Oliveira faz balanço positivo, mas é

criticado por não colocar em votação a PEC que assegura poderes ao Conselho Nacional de Justiça. **4**

José Cruz/Senado Federal



Viana, Ferraço, Marta Suplicy, Eunício e Demóstenes na reunião da CCJ



Gim Argello (C) é relator da proposta de Lúcia Vânia que garante direitos trabalhistas aos conselheiros tutelares

CCJ aprova salário para conselho tutelar **7**

CPI quer novo Código Penal contra tráfico de pessoas **6**

Comissão muda prioridades de fundo antidrogas **6**

Salário-família em dobro para mães trabalhadoras **4**

Assine a newsletter

www.senado.gov.br/jornal

Redução de multas para empresas vai ao exame da Câmara

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou proposta que reduz o valor de multas sobre obrigações acessórias de impostos. **5**

Ano Vólpe/Senado Federal



Antônio Rabelo, cabeleireiro no Senado: regulamentação nas mãos de Dilma

Regulamentação de profissionais de estética passa no Plenário

Projeto que regulamenta profissões de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador foi aprovado no Senado e vai à sanção. **7**

Diretrizes básicas para modernização da administração da Casa foram aprovadas ontem pela Comissão Diretora como ferramenta de planejamento a longo prazo, sintonizada com a reforma que está em curso

Agenda estratégica visa aprimorar gestão do Senado

A COMISSÃO DIRETORA do Senado aprovou ontem a Agenda Estratégica da Administração do Senado Federal, com as diretrizes básicas para o aprimoramento e a modernização da gestão administrativa da Casa. O objetivo é aperfeiçoar a agilidade, a qualidade e os custos dos serviços, além de profissionalizar a gestão. De acordo com a diretora-geral, Doris Peixoto, que apresentou a proposta, a Agenda permitirá elaborar modelo administrativo com visão de longo prazo e que englobe todos os setores.

— O grande ganho da agenda estratégica é dizer a cada participante do processo a importância dele e a importância que

o trabalho dele terá para atingir o objetivo comum — disse a diretora.

Segundo Robson Neri, assessor técnico da Diretoria-Geral e um dos responsáveis pela elaboração da agenda, conceitos atuais da administração pública têm norteado a atuação do Senado.

— São diretrizes e os grandes desafios para a administração do Senado. Não estamos falando de meses, mas de anos. Não é um projeto de uma gestão, mas institucional que vai trazer resultados também de curto e médio prazo — explicou o assessor técnico.

Para Doris, implementar a gestão estratégica na

administração pública tornou-se obrigação para todas as instituições, que devem se comprometer a aprimorar a qualidade do serviço. O planejamento de longo prazo, de acordo com a diretora, está em sintonia com a proposta de reforma administrativa em análise na Comissão de Constituição e Justiça.

— A reforma administrativa tem como objetivo modernizar o Senado e promover o enxugamento de sua estrutura, mas a Casa continua com uma gama de trabalhos gigantesca, e por isso é importante que a ferramenta de planejamento seja cada vez mais usada e faça parte da consciência coletiva — afirmou a diretora-geral.

Iniciativas e ações promovem desburocratização

Junto com a agenda, foram aprovadas ações focadas nos processos do Senado, com base no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, resultado de iniciativas para promover a gestão pública de excelência. Algumas atendem a recomendações do Tribunal de Contas da União para a melhoria da administração da Casa.

— Ao listarmos 44 iniciativas que estão postas e têm previsão orçamentária, damos um passo concreto. Queremos que as ações recebam tratamento sistêmico. Que o funcionário do setor de compras, por exemplo, saiba que sua ação é estratégica, tem prazo e que precisa ser realizada como um todo — explicou Doris.

Uma das metas é reduzir cada vez mais o uso de papel

Algumas das ações da agenda já estão em prática, como o Siga Brasil, sistema de informações sobre orçamento público, e a informatização do processo legislativo.

— Queremos avançar na informatização do Senado, reduzindo a impressão de papéis. A expectativa é de que no ano que vem já retornaremos às comissões sem ordem do dia impressa. São os avanços que a Casa está buscando cada vez mais — disse o 1º secretário do Senado, Cícero Lucena (PSDB-PB), após a reunião que aprovou a agenda.

Entre as medidas, revisão do modelo de contratação de serviços; elaboração e gestão de plano estratégico de

administração; a implantação do e-cidadania; e colocar em prática a gestão corporativa de segurança da informação e o plano de incentivo ao desempenho dos servidores.



Cícero prevê que em 2012 não se imprimirá mais a ordem do dia

Conflitos agrários: Sarney recebe relatório

Os conflitos agrários na região amazônica decorrem da ausência do poder do Estado. Essa é a conclusão da comissão temporária externa que ontem entregou seu relatório final ao presidente do Senado, José Sarney. A comissão foi formada em consequência de

assassinatos de trabalhadores rurais no Pará e em Rondônia.

Segundo a presidente da comissão, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o trabalho concluiu que muitas áreas protegidas por lei ainda não têm estrutura para preservação ambiental. Ela elogiou o

empenho das polícias e do Judiciário nas investigações.

O relator da comissão, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), enfatizou a necessidade de criação de rede de proteção aos trabalhadores rurais. Questões fundiárias, conflitos sobre preservação ambiental e até tráfico de madeira são as causas apontadas por ele para a ocorrência de crimes nas zonas rurais investigadas. Randolfe pediu mais ação das autoridades públicas.

— A impunidade é o combustível para os crimes no campo — protestou o senador.

Pedro Taques (PDT-MT), que fez parte da comissão, acompanhou a entrega do relatório.



Entre Pedro Taques e Randolfe, Vanessa entrega o documento a Sarney



Ricardo Ferraço fala sobre biografia

Ferraço diz que livro sobre empresário sai em hora oportuna

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) falou ontem do lançamento da biografia do empresário Américo Buaiz, fundador do Grupo Buaiz. O livro foi escrito pelo historiador Estilaque Ferreira dos Santos.

O senador disse que a biografia é oportunidade de se celebrar a vida de um descendente de libaneses que marcou a história do Espírito Santo com sua capacidade empreendedora.

— Hoje, quando nosso estado enfrenta grandes desafios, a hora é adequada para a publicação de um livro que resgata os esforços de desenvolvimento de um homem a quem nós, capixabas, muito devemos.



Inácio homenageia João Amazonas

Inácio Arruda lembra centenário de dirigente comunista

Em 2012, serão celebrados dois centenários importantes, segundo Inácio Arruda (PCdoB-CE): o do músico Luiz Gonzaga, em 12 de dezembro, e o do comunista João Amazonas, já em 1º de janeiro. O senador relatou a biografia de João Amazonas, que nasceu no Pará e morreu em São Paulo, em 2002.

— No ano em que celebraremos os 90 anos do Partido Comunista do Brasil, relembremos igualmente a vida, a obra e o exemplo desse brasileiro — disse.

Inácio informou que, no Tocantins, será implantado o Memorial do Araguaia, “uma justa homenagem àqueles que tombaram na luta por direitos libertários”.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h40 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Análise de requerimentos

14h Vários requerimentos constam da pauta da sessão deliberativa, entre os quais o que solicita análise de projeto que trata de taxa de juros de cheque especial pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Presidência Ordem do dia

16h O senador José Sarney preside a ordem do dia da sessão plenária.

CMO Relatório final do Orçamento 2012

9h A Comissão Mista de Orçamento vota hoje o relatório final do projeto orçamentário de 2012.

Congresso Créditos ao Orçamento 2011

10h O Congresso Nacional vota, no plenário da Câmara, créditos adicionais ao Orçamento 2011.

CI Diretoria da ANTT

11h A Comissão de Serviços de Infraestrutura examina, entre outras proposições, mensagem do Executivo de recondução de Bernardo Figueiredo ao cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Aposentados e servidores do Judiciário e do Ministério Público da União voltam a ocupar a Comissão Mista de Orçamento, pressionando por reajustes que o governo se recusa a conceder

Pedro Franco/Senado Federal

Congresso promulga DRU, que dá liberdade de gastos ao governo

A Câmara e o Senado promulgaram ontem, em sessão do Congresso, a emenda à Constituição que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2015.

Assim, o governo continuará autorizado a gastar livremente 20% do dinheiro arrecado com certos impostos que têm des-

tinuação predeterminada. Em 2012, os valores desvinculados chegarão a R\$ 62,4 bilhões.

— A DRU amplia o espaço para a definição de prioridades, garante maior liberdade no uso de recursos e possibilita o enfrentamento da crise financeira — disse o presidente do Senado, José Sarney.

Senadores autorizam seis empréstimos estrangeiros

O Plenário do Senado aprovou ontem seis autorizações para que o poder público realize operações de crédito externo.

A maior delas favorece a Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp) com empréstimo de até US\$ 432 milhões da Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica) para o Programa

de Redução de Perdas de Água e Eficiência Energética.

As outras operações envolvem a Paraíba e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); a União e o BID; a União e o Banco Mundial (Bird); e o município de Fortaleza e a Corporação Andina de Fomento (CAF) — duas operações, nesse último caso.

Operações autorizadas

TOMADOR	FINANCIADOR	DESTINO	VALOR
Companhia de Saneamento Básico de São Paulo	Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica)	Programa de Redução de Perdas de Água e Eficiência Energética	US\$ 432 milhões
Estado da Paraíba	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	Programa de Modernização Fiscal	US\$ 7,497 milhões
União	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	*	US\$ 15 milhões
União	Banco Mundial (Bird)	Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral	US\$ 49,6 milhões
Município de Fortaleza	Corporação Andina de Fomento (CAF)	Programa de Drenagem Urbana	US\$ 45,1 milhões
Município de Fortaleza	Corporação Andina de Fomento (CAF)	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo no Município	US\$ 50 milhões

* Informação não disponível

Educação, Cultura, Esporte e C&T terão mais R\$ 949 mi

Os orçamentos dos ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação, da Cultura e do Esporte serão reforçados com crédito suplementar de R\$ 949 milhões.

Os recursos estão previstos no PLN 37/11, aprovado ontem em sessão conjunta do Congresso. Também foram aprovados os PLNs 57/11 e

51/11, com mais verbas para o Ministério da Saúde e para os ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento e do Turismo.

Os três projetos vão agora para sanção da presidente Dilma Rousseff. O Congresso ainda tem 12 projetos com abertura de créditos adicionais na pauta.

Créditos aprovados

MINISTÉRIOS	PROJETO	VALOR
Ciência, Tecnologia e Inovação; Educação; Cultura; e Esporte	PLN 37/11	R\$ 949 milhões
Fazenda; Desenvolvimento; e Turismo	PLN 51/11	R\$ 1,76 bilhão
Saúde	PLN 57/11	R\$ 32,12 milhões

Último dia para comissão votar Orçamento de 2012

Falta de acordo sobre reajuste de servidores e aposentados impediu que o relatório final fosse votado ontem na CMO; comissão volta hoje a debater a matéria, que ainda precisa ser aprovada pelo Plenário

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) faz hoje, a partir das 9h, a última tentativa de votar o relatório final do Orçamento de 2012 este ano. A falta de entendimento entre as lideranças voltou a impedir a discussão e apresentação de destaques ontem.

Depois de ser votado na CMO, o relatório deve ser examinado também pelo Plenário do Congresso, que entra em recesso amanhã. Caso o projeto orçamentário não seja analisado, isso não impedirá o recesso. A discussão será retomada em fevereiro, no reinício dos trabalhos.

Na reunião de ontem, que chegou a ser aberta, mas foi adiada quatro vezes, a CMO voltou a ser ocupada por servidores do Judiciário e do

Ministério Público da União (MPU), que exigem reajuste de 56% nos salários, não previsto no relatório final. Ao anunciar o adiamento, o presidente da CMO, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), disse que as lideranças discutem com o governo solução para as reivindicações.

Quando ao reajuste real para os aposentados que ganham acima de um salário mínimo, Vital disse que vem sendo tentada com o governo solução de reajuste que chegue próximo ao defendido pelos representantes do setor.

O projeto orçamentário enviado inicialmente pelo Executivo ao Congresso previa R\$ 1,57 trilhão de orçamento para 2012. Com as emendas parlamentares e os ajustes

feitos pelo relator, o valor final ficou em R\$ 1,6 trilhão.

Relatório de obras

A CMO também tenta votar o relatório do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras com Índícios de Irregularidades Graves. O texto integra a proposta orçamentária e recomenda suspensão do repasse de verbas a cinco empreendimentos no país.

A recomendação atinge o controle de enchentes no rio Poty, em Teresina; macrodrenagem no Tabuleiro dos Martins, em Maceió; construção da barragem do rio Arraias, em Arraias (TO); implantação da linha 3 do metrô do Rio de Janeiro; e reestruturação urbana do complexo viário do rio Baquirivu, em Guarulhos (SP).

Criação de cargos custará R\$ 2,12 bilhões

O projeto orçamentário para o ano que vem apresenta acréscimo nos gastos de R\$ 2,12 bilhões, decorrente da criação ou provimento de cargos, empregos e funções na esfera federal, incluindo substituição de terceirizados (R\$ 147,1 milhões).

A proposta contempla algu-

mas carreiras do Executivo, com modificações e aumento da remuneração, totalizando mais R\$ 1,65 bilhão.

O Orçamento propõe aumento de R\$ 3,77 bilhões para os despesas com pessoal em 2012.

Os gastos com pessoal e encargos sociais totalizam o

valor de R\$ 203,24 bilhões.

As informações constam do relatório final do Orçamento de 2012, apresentado pelo deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), segundo o qual tais ajustes não implicam aumento de despesas orçamentárias com pessoal e aperfeiçoam a proposta.

Sérgio Souza elogia lançamento do PAC 2-Funasa

Sérgio Souza (PMDB-PR) cumprimentou o governo pelo lançamento do PAC 2-Funasa, que destinará quase R\$ 4 bilhões a obras de saneamento básico e construção de redes de água e esgoto em cidades com até 50 mil habitantes. O senador comentou que obras sob o solo normalmente não são tidas como prioritárias, mas que o governo passou a tratar essas intervenções como investimentos em saúde pública.

O senador também assinou a decisão do Mercosul, em reunião no Uruguai, de sobretaxar cem produtos que representariam concorrência desleal no mercado comum com produtos brasileiros.

Sessão do Congresso pode ser obstruída, afirma Paulo Paim



Genildo Magalhães/Senado Federal

Paulo Paim (PT-RS) lamentou ontem falta de acordo entre parlamentares e governo no sentido de

garantir reajuste real para aposentados e pensionistas na proposta da Lei Orçamentária para 2012. O aumento almejado era de 10% a 11%, sendo 6% referente à inflação deste ano.

O senador afirmou que, entre os parlamentares que lutaram para que o reajuste fosse acatado pelo governo, há a disposição de obstruir a votação do Orçamento, prevista para hoje no Plenário do Congresso Nacional.

Jayme cobra do governo reajuste para o Judiciário

Jayme Campos (DEM-MT) lamentou a recusa do governo de incluir reajuste a magistrados federais e membros do Ministério Público no Orçamento de 2012. O senador interpretou a atitude como reflexo da “visível e crescente desproporção” entre os Poderes da República, apontando a sobreposição do Executivo sobre os outros.

A presidente Dilma Rousseff, disse, teria reiterado que preferia fechar o ano sem aprovar o Orçamento de 2012 a ver embutido na lei o reajuste.

— Não podemos concordar com essa postura. Precisamos construir um entendimento para que não prejudiquemos o Poder Judiciário — concluiu.

Ao fazer balanço das atividades da Comissão de Constituição e Justiça, seu presidente, Eunício Oliveira, destacou compromisso do colegiado com o país, apesar das muitas divergências internas

Para Eunício, comissão se fortaleceu em 2011

O PRESIDENTE DA Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Eunício Oliveira (PMDB-CE), apresentou ontem balanço das atividades em 2011. O parlamentar afirmou que, apesar das muitas divergências, a CCJ sempre procurou atender os interesses do Brasil.

— A CCJ produziu muito e isso só foi possível graças ao

compromisso dos senadores membros da comissão.

Eunício destacou algumas matérias que foram analisadas pelo colegiado, entre elas o novo Código Florestal (PLC 30/11) e a Comissão da Verdade (PLC 88/11).

O senador também elogiou os debates travados na comissão sobre a reforma administrativa do Senado

(PRS 96/09) e sobre o projeto (PL 1.209/11) que instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

A CCJ realizou 67 reuniões e apreciou mais de 380 proposições, segundo Eunício.

— A comissão sai fortalecida de 2011. Sempre trabalhou a favor do povo brasileiro e do crescimento do país.



Gim Argello, Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Marta Suplicy, Eunício, Demóstenes Torres e Aloysio Nunes em debate na CCJ

Demóstenes critica encerramento da reunião

Demóstenes Torres (DEM-GO) criticou o presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), por ter encerrado a reunião de ontem sem colocar em votação proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria que torna explícitos os poderes e prerrogativas do Conselho Nacional de Justiça

(CNJ) para investigar e punir juízes (PEC 97/11).

— Eunício se comprometeu com vários senadores a suspender a reunião, enquanto se desenrolava a sessão do Congresso Nacional, podendo retomá-la mais tarde para votarmos a PEC, mas rompeu com esse compromisso —

afirmou Demóstenes.

Ao encerrar a reunião, o presidente da CCJ alegou que, por força do Regimento Interno, não poderia manter os trabalhos enquanto transcorria uma sessão deliberativa do Congresso Nacional, convocada para a votação de créditos orçamentários.

Simon e Ana Amélia defendem atuação do CNJ

Ao criticar a decisão do ministro do Supremo Tribunal (STF) Marco Aurélio Mello de conceder liminar que reduz os poderes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Pedro Simon (PMDB-RS) se disse confiante de que os demais ministros da corte deverão derrubar a decisão provisória.

Para o senador, as restrições ao funcionamento do CNJ o impedirão de agir, transformando-o em um órgão “subjugado”.

Quanto à proposta (PEC 97/11) que torna mais claras as competências do CNJ e



Simon acredita que STF mudará decisão. Ana Amélia quer fortalecimento do CNJ

estava na pauta da CCJ, Simon avaliou que, caso seja necessária, deverá ser aprovada com facilidade no Congresso.

Ana Amélia (PP-RS) lamentou o fato de a CCJ não ter analisado ontem a PEC 97/11.

A emenda, disse, seria uma forma de fortalecer o CNJ e mostrar que nenhum Poder está livre de fiscalização.

— Seria uma resposta aos anseios da sociedade — afirmou.

Projeto exige empresa que consultar cadastro negativo

As empresas que consultam bancos de dados sobre adimplência de pessoas físicas poderão ficar livres de responder solidariamente por eventuais danos materiais e morais causados ao cadastrado.

A proposta (PLS 331/11), de Armando Monteiro (PTB-PE),

foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Em geral, as consultas são feitas para dar segurança às instituições financeiras ou comerciantes em operações de crédito e vendas a prazo. Quando o cadastro do cliente

está negativo, é comum que ele tenha o pedido de crédito rejeitado.

Na avaliação do autor do projeto, a responsabilidade por danos só pode ser atribuída ao gerenciador do cadastro e a quem enviou a informação negativa ao banco de dados.



Paulo Bauer explica que visa beneficiar mães com filhos menores de seis anos

Salário-família em dobro para mães trabalhadoras

Se não houver recurso para exame do Plenário, vai direto à Câmara dos Deputados projeto de Paulo Bauer (PSDB-SC) que assegura às trabalhadoras com filhos menores de seis anos, empregadas ou avulsas, o direito a receber o salário-família em dobro. Aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a matéria já havia sido acatada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O parecer favorável à proposta (PLS 416/11) é de Roberto Requião (PMDB-PR), que incorporou duas emendas aprovadas pela CDH. Uma delas modificou a ementa do projeto para inserir as alterações sugeridas na lei que regula os benefícios concedidos pela Previdência Social (Lei 8.213/91), a exemplo do salário-família.

A outra estabelece que o Executivo estimará a despesa decorrente dessa medida e a incluirá no projeto de lei orçamentária para o exercício

seguinte ao de sua promulgação. Segundo Requião, essa previsão responde a determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

— Combina-se a ampliação de um benefício para trabalhadores de baixa renda com a canalização desses recursos para aquelas que, segundo as pesquisas sociais e econômicas, vêm assumindo a maior parte das responsabilidades em relação ao maior número de crianças — comentou Requião.

Paulo Bauer ressaltou que o salário-família é pago pela Previdência aos trabalhadores com filhos até 14 anos, tanto à mãe como ao pai. Assim, destacou, os filhos de mãe solteira, separada ou viúva ficam sem a parcela relativa ao pai. Essa situação é injusta, uma vez que as trabalhadoras já recebem salários cerca de 18% menores do que os homens e cumprem jornada de trabalho extra em seus lares.

Aprovado seguro-desemprego para artistas e técnicos

Em votação final, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem concessão de seguro-desemprego para artistas, músicos e técnicos em espetáculos de diversão, no valor de um salário mínimo pelo período máximo de quatro meses.

Projeto (PLS 211/10) da então senadora Marisa Serrano segue agora para a Câmara dos Deputados.

O beneficiário terá de comprovar que trabalhou em atividades da área por pelo menos 60 dias nos 12 meses anteriores à data do pedido do benefício e precisa ter feito os recolhimentos previdenciários relativos ao período de trabalho, além de não possuir renda de qualquer natureza.

A relatora na CAS, Ana Amélia (PP-RS), ressaltou que a categoria é sujeita a desemprego permanente.

Comissão vincula vagas à educação profissional

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) deve ser modificada para incluir a determinação de que, até 2020, no mínimo 40% das vagas no ensino médio e 25% das vagas na educação de jovens e adultos sejam articuladas à educação profissional. O projeto (PLS 186/11) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) estabelecia o uso do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) como fonte adicional de financiamento do ensino profissionalizante. O relator, Paulo Bauer (PSDB-SC), no entanto, lembrou que a aprovação da lei que criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) impunha mudar a proposta original. Para Bauer, o projeto atende à demanda do país por mão de obra técnica qualificada.

Requião critica pressão por Venezuela no Mercosul

A tentativa de incluir a Venezuela no Mercosul, empreendida na terça-feira pelos Executivos do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, durante a 42ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, foi duramente criticada por Roberto Requião (PMDB-PR).

Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul), o senador afirmou que os Executivos não podem querer decidir sozinhos, sem ouvir os parlamentos de seus países, principalmente o Congresso do Paraguai, declaradamente contrário à inclusão da Venezuela no grupo.

A possível adesão da Venezuela, debatida desde 2006,

foi aprovada pelos Legislativos de Argentina, Brasil e Uruguai, mas está travada no Paraguai. Requião acusou os Executivos de terem feito uma “manobra regimental” para alterar o conceito de “consenso” e, mesmo com a negativa do Parlamento paraguaio, incluir a Venezuela. O Parlasul foi ignorado pelos chefes de Estado, acrescentou.

— Quero registrar minha solidariedade ao Congresso paraguaio. Nosso Congresso foi ignorado e ainda criaram uma comissão do Executivo para conversar com o Congresso paraguaio. Esta tarefa é nossa, o Parlasul existe para aparar as arestas e fazer os debates necessários ao Mercosul — disse.



Luiz Alves/Senado Federal



Luiz Alves/Senado Federal

Delcídio do Amaral e Lobão Filho participam da reunião que aprovou o projeto de Francisco Dornelles (foto ao lado) na Comissão de Assuntos Econômicos



Roberto Stuckert/Filho/PR

Dilma Rousseff participa de Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, na terça

Simon lamenta recusa do Senado paraguaio em votar

A posição do Senado do Paraguai de não querer votar a entrada da Venezuela no Mercosul recebeu críticas de Pedro Simon (PMDB-RS).

— O Brasil já votou, a Argentina e o Uruguai também. Nós conseguimos estabelecer a diferença entre Hugo Chávez e a Venezuela. Mas, como a oposição tem maioria no Senado do Paraguai e como o presidente paraguaio [Fernando Lugo] é amigo pessoal do presidente da Venezuela, a oposição não quer votar — reclamou.

O senador destacou a

importância da reunião de Cúpula do Mercosul de terça-feira pela presença de Hugo Chávez e pelo fato de o Equador também ter manifestado intenção de entrar no bloco. Lamentou, porém, que o subsecretário de Comércio da Argentina, Ivan Heyn, que participava da reunião, tenha sido encontrado enforcado em seu quarto de hotel.

Simon condenou ainda a paralisação dos aeroviários brasileiros por melhores salários, por ter sido iniciada às vésperas do feriado de Natal.

Luiz Henrique lastima a morte do líder Václav Havel



Gerardo Maggela/Senado Federal

O líder tcheco Václav Havel, morto no domingo, conduziu a República Tcheca à democracia, deixando um legado de luta

pela ética e pelo rigor na gestão da coisa pública, disse Luiz Henrique (PMDB-SC),

— Ele propôs ao seu país algo na linha do que os social-democratas alemães chamavam de “economia social de mercado”, regime que tornou a Alemanha líder do mercado europeu — apontou o senador.

Suplicy elogia bom senso de Óscar Arias em relação ao Haiti

Eduardo Suplicy (PT-SP) cumprimentou o ex-presidente da Costa Rica e ganhador do Prêmio Nobel da Paz de



Gerardo Maggela/Senado Federal

1987, Óscar Arias Sánchez, pela “recomendação de muito bom senso” feita ao presidente do Haiti, Michel Martelly, de que reconsidere a intenção de reinstalar o exército haitiano. O ex-presidente diz que os US\$ 95 milhões previstos para isso seriam melhor empregados em educação e saúde.

Alvaro apresenta “balanço crítico” do governo Dilma

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), leu parte do “balanço crítico” do primeiro ano da presidente Dilma Rousseff publicado pela Comissão Executiva do PSDB. Segundo o documento, as medidas de austeridade e eficiência exigidas se tornam impossíveis “quando pedaços do Estado são entregues a partidos e facções políticas para serem usados como agências arrecadoras”.

— O governo adia investimentos essenciais para honrar compromissos de expansão do gasto corrente assumidos no clima de euforia pré-eleitoral.



Gerardo Maggela/Senado Federal

Senador cobra medidas radicais contra a crise

Preocupado com a crise mundial, Roberto Requião (PMDB-PR) criticou o governo pela falta de medidas efetivas. Para ele, diante da queda do consumo, crescimento zero, inadimplência e desaceleração industrial, são necessárias medidas “radicais”.

— Não vamos a lugar nenhum se não tivermos a coragem de radicalizar na defesa do salário e do emprego, da indústria, da moeda, no corte de juros e impostos, no controle do câmbio, com rígidas medidas de restrição à especulação.



Gerardo Maggela/Senado Federal

Randolfe resume desafios para fazer o Amapá crescer

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) resumiu as questões relativas ao Amapá que pautaram seu primeiro ano de mandato, classificando-as como desafios fundamentais para estimular o desenvolvimento do estado. Entre os problemas destacados, está a situação de falência da Companhia de Eletricidade do Amapá. Ele também lamentou a pequena cobertura de internet em banda larga, mas manifestou sua satisfação com os esforços da Telebrás para melhorar a situação a partir de março de 2012.



Ana Volpov/Senado Federal

Redução de multa para empresas vai à Câmara

Descumprimento de obrigações acessórias de impostos não pode receber penalidade tão dura quanto a sonegação, segundo Francisco Dornelles, autor do projeto aprovado em decisão final do Senado

A REDUÇÃO DO valor de multas para empresas que descumprem obrigações acessórias de impostos foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Essas multas são aplicadas, por exemplo, em caso de atraso ou falta de entrega de declarações, demonstrativos ou escrituração digital exigidos. O projeto (PLS 721/11) também estabelece faixas para as multas, de acordo com a faixa de receita bruta anual.

O relator, Cyro Miranda (PSDB-GO), foi favorável ao projeto, que agora segue diretamente para votação na Câmara dos Deputados.

O autor da proposta, Francisco Dornelles (PP-RJ), disse que o projeto vai corrigir situação de pequenas e microempresas que hoje estão em dificuldades com o Fisco sem terem praticado sonegação.

— Acho importante que no caso de empresas que passam pelo princípio do dolo e da sonegação haja uma penalidade bastante dura. Mas não tinha sentido que pequenas empresas que cometem apenas erros formais ficassem sujeitas a penalidades tão elevadas — disse Dornelles.

Segundo o senador, as multas não podem ferir os princípios constitucionais do não confisco, da razoabilidade e da proporcionalidade.

Escalonamento

De acordo com o projeto, o valor das multas será escalonado dentro de faixas de receitas tendo como marcos o limite da microempresa no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (R\$ 3,6 milhões) e o da opção pelo Lucro Presumido no Imposto de Renda Pessoa

Jurídica (R\$ 48 milhões).

O projeto sugere, por exemplo, multa de R\$ 500 por mês-calendário ou fração em casos de apresentação de declarações e documentos fora de prazo, para empresa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 3,6 milhões por ano. Nesse caso, a multa máxima seria de R\$ 1.500, para empresas com receita bruta anual superior a R\$ 48 milhões.

Ainda de acordo com Dornelles, empresas que deixam de apresentar por um ano a chamada Escrituração Contábil Digital (ECD) têm a obrigação de pagar, atualmente, multa no valor de R\$ 60 mil. Na justificativa, ele assinala que multa nesse valor pode inviabilizar empresas de pequeno porte que, por alguma vedação legal, não possam aderir ao Simples Nacional.



A relatora, Marinor Brito (E), a presidente da CPI, Vanessa Grazziotin, e Lídice da Mata: relatório final ficou para 2012

Tráfico de pessoas pode mudar o Código Penal

Relatora da CPI do Tráfico de Pessoas, Marinor Brito apresentou relatório parcial sugerindo que a legislação penal defina com clareza esse crime, em sintonia com convenção da ONU sobre o assunto

O CÓDIGO PENAL brasileiro deve ser alterado para definir com mais precisão o crime de tráfico de pessoas. Essa foi a principal proposta da CPI que investiga o assunto, ao aprovar relatório parcial de Marinor Brito (PSOL-PA).

De acordo com a presidente da CPI, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o dignóstico sobre o tráfico deve ser enviado ao Ministério Público, ao Ministério da Justiça, à Presidência da República e à Comissão de Direitos Humanos, para providências. O relatório também será colocado na internet para que pessoas e entidades apresentem sugestões para fundamentar o relatório final, no início do próximo ano.

A CPI acolheu a sugestão de Marinor no sentido de fixar a pena, no caso de tráfico internacional, em no mínimo quatro e no máximo dez anos.

Quem praticar o mesmo crime internamente sujeita-se a reclusão de três a oito anos. Em ambos os casos, se a vítima for menor de 18 anos ou com deficiência física, a pena poderá ser aumentada.

O objetivo é harmonizar o código brasileiro ao Protocolo Adicional à Convenção de Palermo, da ONU, sobre o tráfico de pessoas. De acordo com Marinor, a figura jurídica do tráfico de pessoas só existe nas leis brasileiras quando o fim da conduta é a exploração sexual. Coerente com a convenção, o projeto prevê outros motivadores, como o trabalho forçado ou escravo e a remoção de órgãos.

Marinor, que ontem entregou o documento ao presidente do Senado, José Sarney, atribuiu ao crescimento da mão de obra desocupada — causada pela globalização — o aumento do

trabalho escravo. Já o tráfico para remoção de órgãos é crime altamente complexo, por envolver profissionais e instituições de saúde qualificados.

Expansão

Outro foco da CPI foi o tráfico de mulheres, que, segundo o relatório, encontra-se em expansão, graças a estrutura “bem organizada com a complacência de políticos”. O documento estima em 75 mil o número de mulheres brasileiras que se prostituem em países da União Europeia. A cada ano, aliciadores levam de 800 a 900 mulheres brasileiras para fora do país. Dados da Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres (Pestraf) indicam a Espanha (36%) como o principal destino dessas mulheres. Em seguida vêm Portugal (20%), Itália (8%), França (6%), Israel (6%), Suíça (6%), EUA (6%) e Japão (4%).

Marinor se despede do Senado com indignação

Um “sentimento claro de dever cumprido”, mas também de indignação, resumiu Marinor Brito ao se despedir ontem do mandato. A parlamentar deve deixar a Casa para que tome posse Jader Barbalho, que, por voto de desempate do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, teve o registro de candidatura

liberado e foi confirmado na segunda vaga do Pará nas eleições de 2010.

A senadora disse que continuará sendo a voz de todos que acreditam que um mandato de senador não deveria ser um “instrumento para negociatas e enriquecimento ilícito”. Segundo Marinor, perdem com sua saída do Senado o povo

paraense e o povo brasileiro, “enganados” pelo abuso do poder econômico, do uso da máquina pública e dos meios de comunicação para responder a interesses particulares.

Marinor recebeu elogios de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Alvaro Dias (PSDB-PR), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Lídice da Mata (PSB-BA).

Saúde pública deve orientar ações de fundo antidrogas

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) muda a legislação que trata do Fundo Nacional Antidrogas (Funad), de modo a excluir de seus objetivos o financiamento da repressão, controle e fiscalização do uso e do tráfico de drogas. Os recursos do fundo ficam vinculados exclusivamente a ações e serviços públicos de saúde e de assistência social voltados a prevenir o uso de drogas e a tratar usuários, assim como recuperá-los e tornar plena a sua inserção social.

O autor, Eunício Oliveira (PMDB-CE), esclarece que o objetivo da proposta (PLS 304/11) é corrigir a ausência histórica de políticas públicas que promovam a saúde, o tratamento e a proteção das pessoas que usam, abusam ou são dependentes de drogas. O projeto, assinalou o senador, procura situar a questão das drogas definitivamente como problema de saúde pública.

Outra inovação sugerida é a exigência de que os órgãos receptores dos recursos do Funad prestem contas — de forma detalhada e pública — sobre como o dinheiro é aplicado. O Funad recebe recursos derivados da apropriação de bens e valores apreendidos do narcotráfico, inclusive os da lavagem do dinheiro.

Segundo Eunício, o fundo existe há quase 25 anos, mas continua pouco efetivo, especialmente na prevenção ao uso de drogas.

Ao agradecer a aprovação da matéria, ele aproveitou para cobrar maior agilidade na reversão de bens de traficantes em favor do Funad. Disse que muitas vezes há demora de até 30 anos para que sejam liberados os bens apreendidos.

O projeto ainda será examinado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa. O relator, Cyro Miranda (PSDB-GO), diz que a matéria representa uma “bem-vinda guinada” na destinação dos recursos do fundo, com vinculação integral a ações sociais e de saúde pública. Atualmente, as aplicações estão diluídas em excessivo leque de atividades, com “óbvia redução de eficiência de cada uma delas”.

Wellington Dias (PT-PI) elogiou o projeto, mas anunciou que pretende propor modificações quando o texto chegar à CAS. A intenção é incluir nos objetivos do fundo a possibilidade de financiamento de ações de qualificação de pessoas para atuar na prevenção e recuperação de dependentes. Wellington recentemente presidiu subcomissão da CAS que avaliou a questão das drogas no país.



Eunício Oliveira (E) e Cyro Miranda, autor e relator: repressão fora do fundo

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Waldemir Moka • Ana Amélia • José Sarney • Jayme Campos • João Vicente Claudino • Randolfe Rodrigues • Paulo Paim

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Sítio: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burtle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sítio: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF

Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep

Aprovada regulamentação de profissionais de estética

O Senado aprovou ontem o projeto de lei da Câmara que regulamenta o exercício das profissões de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador.

De acordo com a proposta (PLC 112/07), poderá exercer essas atividades quem tiver concluído o ensino fundamental; possuir habilitação específica legalmente reconhecida, fornecida por entidade pública ou privada; ou,

no caso de não se enquadrar nas condições anteriores, atuar profissionalmente nessas áreas há pelo menos um ano, contado da data de publicação da lei.

O projeto, do então deputado Marcelo Teixeira, assegura também a possibilidade de revalidação de diploma estrangeiro, fornecido por cursos equivalentes aos exigidos no Brasil. E obriga esses profissionais a cumprirem as normas sanitárias mediante a esterilização de materiais e utensílios utilizados nos atendimentos.

Apesar de reconhecer o valor do estímulo à escolarização, a relatora na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e na de Assuntos Sociais (CAS), Ana Amélia (PP-RS), considerou adequado se assegurar o direito ao exercício profissional a quem não fez curso específico, mas adquiriu experiência com a prática.

Votado pela manhã na CAS, o projeto seguiu ao Plenário, onde também foi aprovado. Agora, segue para sanção presidencial.



Sérgio Souza (D) e o presidente da CAS, Jayme Campos: pauta cheia

Exigência de diploma para turismólogo vai à sanção

O Plenário aprovou as emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 290/01, do então senador e hoje deputado federal Moreira Mendes (PSD-RO), que exige curso superior para o exercício da profissão de turismólogo, entre outras normas para a atividade.

A proposta estabelece que a profissão será exercida

por pessoas diplomadas em curso superior de Turismo ou Hotelaria, no Brasil, ou em equivalentes no exterior, mas permite que quem exerceu a profissão ininterruptamente nos últimos cinco anos continue trabalhando.

O exercício da profissão vai requerer registro em órgão federal competente. A matéria segue à sanção presidencial.

Projeto que normatiza trabalho de comerciante segue para a Câmara

A CAS confirmou ontem, em turno suplementar, aprovação do substitutivo do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) que regulamenta a profissão de comerciante. Como a proposta recebeu decisão terminativa, deve seguir agora diretamente para exame na Câmara, se não houver recurso para que passe pelo Plenário.

O projeto (PLS 115/07) é de Paulo Paim (PT-RS) e o texto aprovado, resultado de entendimento com o autor, representantes patronais e dos trabalhadores. A categoria, que engloba 7,3 milhões de pessoas, terá jornada de oito horas diárias e 44 semanais, pela proposta.

Despachantes têm novas regras para o exercício profissional

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto de lei que dá ao Conselho Federal dos Despachantes Documentalistas e aos conselhos regionais personalidade jurídica de direito público, proíbe a criação de mais de um conselho regional em cada estado e lhes permite cobrar contribuições anuais.

A proposta determina que o exercício da profissão é privativo das pessoas habilitadas pelo respectivo conselho regional. O projeto (PLC 28/10), do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), altera a lei sobre os conselhos que regulam e fiscalizam os despachantes, de 2002. A proposta agora vai para sanção presidencial.

Proposta aprovada por comissão regulamenta o funcionamento dos conselhos tutelares e garante direitos trabalhistas a seus membros; conselhos zelam pelos direitos das crianças e dos adolescentes



Comissão de Constituição e Justiça deu o voto favorável à proposta de autoria da senadora Lúcia Vânia

Avança projeto que garante salário a conselheiro tutelar

COMO OS DEMAIS trabalhadores, os membros dos conselhos tutelares terão direito a salário, férias, 13º salário, licenças maternidade e paternidade e cobertura previdenciária.

Esses benefícios estão no projeto de lei (PLS 278/09) da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Os conselhos tutelares são os órgãos responsáveis por zelar pelo cumprimento dos direitos dos menores de idade, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Segundo o ECA, cada cidade precisa ter ao menos um conselho tutelar com cinco membros, escolhidos pela

sociedade para mandatos de três anos. O ECA diz que cada prefeitura tem liberdade para decidir se seus conselheiros terão ou não salário.

Após ajustes feitos pelo relator, senador Gim Argello (PTB-DF), o projeto aprovado ontem ampliou o mandato dos conselheiros para quatro anos, com direito a reeleição.

Gim Argello introduziu outras duas mudanças. Em primeiro lugar, admitiu a instalação de mais de um

conselho tutelar nos municípios divididos em regiões administrativas. Depois, eliminou a garantia de prisão especial para o conselheiro tutelar que tiver cometido crime comum — medida classificada pelo relator de “discriminatória e inconstitucional”.

Por enxergar inconstitucionalidade em alguns dispositivos — como a imposição de as prefeituras assumirem o salário e os encargos trabalhistas dos conselheiros tutelares —, o senador Demóstenes Torres (DEM-GO) chegou a propor substitutivo alternativo. Mas acabou desistindo, para votar com o parecer de Gim Argello.

— Como há omissão dos municípios em regular essa questão [a organização do conselho tutelar], decidi votar a favor e deixar que se decida [eventual inconstitucionalidade] lá na frente — disse.

Lúcia Vânia agradeceu a Demóstenes por não travar o andamento do projeto. Para ela, a regulamentação da atuação do conselho tutelar será fundamental para a proteção de crianças e adolescentes.

O projeto agora vai para a Comissão de Direitos Humanos.

Conselhos sofrem com descaso das prefeituras

Senadores afirmaram que os conselhos tutelares sofrem com o descaso do poder público, ao qual estão ligados. O senador Magno Malta (PR-ES), que presidiu a CPI da Pedofilia, pediu a criação da Lei de Responsabilidade Humana.

— O descaso com que os prefeitos tratam o conselho tutelar é um absurdo. É preciso responsabilizar o gestor por não dar o atendimento adequado e por impedir, por interesse pessoal ou político, que pessoas tentem se eleger para o conselho — afirmou.

A precariedade no funcionamento dos conselhos tutelares — muitos sem carro ou telefone — também foi alvo de queixa da senadora Marta Suplicy (PT-SP).

Os senadores Ana Rita (PT-ES), Humberto Costa (PT-PE), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Aécio Neves (PSDB-MG), Pedro Taques (PDT-MT), Alvaro Dias (PSDB-PR), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES) também pediram o fortalecimento dos conselhos tutelares.

Hoje, prefeituras não são obrigadas a pagar salário aos membros do conselho tutelar

Criação de 1.293 cargos no Itamaraty passa na CCJ

A CCJ aprovou ontem projeto de lei da Câmara que cria 400 novos cargos de diplomata e 893 de oficial de chancelaria no Itamaraty. A matéria (PLC 122/11) recebeu parecer favorável de Luiz Henrique (PMDB-SC), e vai ao Plenário.

Segundo o senador, o preenchimento dos cargos deverá ocorrer gradualmente ao longo de quatro anos, por concurso público, observada a disponibilidade orçamentária.

Para ele, a criação das vagas não deve ser vista como fonte de despesa, mas como oportunidade para ampliar a presença política e econômica no cenário internacional.

Marta Suplicy (PT-SP) ressaltou o crescimento de mais de 40% na representação no exterior durante o governo Lula. E mencionou números que comprovariam o aumento do comércio com a África e com o Oriente Médio no período.

Além de Luiz Henrique e Marta, votaram a favor Romero Jucá (PMDB-RR), Pedro Taques (PDT-MT), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Renan Calheiros (PMDB-AL).

Já Aécio Neves (PSDB-MG), Demóstenes Torres (DEM-GO), Roberto Requião (PMDB-PR) e Alvaro Dias (PSDB-PR) votaram contra, entre outros motivos, “pela limitação de gastos do governo com concursos e reajustes ao funcionalismo”.

Colegiado, cuja criação foi aprovada ontem, terá 12 meses para realizar ciclo de debates e apresentar proposta de nova legislação sobre tudo que envolve o setor, inclusive jornada de trabalho

Embora

Subcomissão vai propor nova lei para a aviação



Com 13 mil aeronaves, Brasil tem o segundo maior mercado de aviação do mundo, segundo Vicentinho Alves

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM cinco senadores vai discutir a aviação civil durante 12 meses, realizando ciclo de debates sobre a situação de todos os segmentos da aviação nacional. Ao final, o colegiado apresentará proposta para atualizar a legislação sobre a área.

A criação da subcomissão, que funcionará no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), foi aprovada ontem devido a requerimento de Vicentinho Alves (PR-TO). Apesar do prazo de um ano, ele acredita que a subcomissão deverá concluir os trabalhos em seis meses.

Na avaliação do senador, há necessidade de atualizar as leis que regem a aviação civil, uma vez que a legislação é anterior à promulgação da Constituição. Como exemplo, ele citou o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565/86) e a lei que regula a profissão de aeronauta (Lei 7.183/84), ambas com mais de 25 anos. Vicentinho observou que a aviação avançou, os aviões e aeroportos estão mais modernos, o que não foi acompanhado pela legislação.

— O que se vai tratar na subcomissão é tudo que envolva

a área, o que inclui jornada de trabalho. Queremos apresentar um projeto completo, com começo, meio e fim — disse.

O senador explicou que cargos-chave da aviação civil não são ocupados por pessoas com capacitação técnica. Ele citou, como exemplo, que economistas dirigem a Infraero e a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e um advogado está à frente da Agência Nacional da Aviação Civil (Anac).

O parlamentar ressaltou que a aviação civil é responsável pela integração do território brasileiro. O país tem 3.500 aeroportos, informou, dos quais 739 são públicos, 2.464 são regionais e 34 internacionais. Existem cerca de 13 mil aeronaves em circulação, o que coloca o Brasil como o segundo maior mercado de aviação geral do mundo.

O setor, disse Vicentinho, cresce em torno de 20% ao ano, apesar da ausência de investimento em infraestrutura. Na opinião do senador, os eventos esportivos internacionais — Copa do Mundo e Olimpíadas — que serão realizados no Brasil exigem investimentos urgentes na aviação civil.

Lúcia Vânia faz avaliação dos trabalhos em 2011

A presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), Lúcia Vânia (PSDB-GO), fez ontem balanço dos trabalhos do colegiado em 2011. Segundo a senadora, houve aproximação com a sociedade brasileira.

— A sociedade pôde ser ouvida de forma democrática e influenciar o processo legislativo — disse.

Segundo ela, foram realizadas 60 reuniões, votadas 146 matérias e 14 indicações da Presidência para agências reguladoras e autarquias federais e realizadas 21 audiências públicas. A senadora disse acreditar que 2012 será ainda mais intenso, com a nova proposta governamental para a energia elétrica.



Lúcia Vânia

Petecão lamenta veto a mudança no fuso do Acre



Sérgio Petecão (PSD-AC) manifestou “grande pesar” pelo veto presidencial ao projeto de lei que restauraria os fusos horários do Acre e de partes do Pará e do Amazonas. Pelo projeto (PLS 91/11), voltariam a ficar duas horas atrás de Brasília. Continuam, portanto, uma hora atrás.

O senador protestou contra o argumento de “contrariedade ao interesse público” apresentado para o veto integral ao projeto.

— Houve um referendo. A população disse que não aceitava aquela mudança de horário. Onde é que está a contrariedade ao interesse público? — questionou.

Segundo Petecão, a lei que mudou os fusos horários foi aprovada sem consulta à população e o Acre foi “traído” pela forma “truculenta” pela qual a hora local foi mudada.

Lauro: cultivo de palma é saída para seca em Sergipe

Lauro Antônio (PR-SE) explicou a importância do cultivo da palma para Sergipe.

O senador disse que a palma é altamente resistente à seca e que a maioria das propriedades localizadas no semiárido sergipano é dedicada à agricultura familiar. A falta de chuvas é um dos motivos que levam os produtores a perder suas lavouras, aumentar suas dívidas e ceder ao êxodo para as grandes cidades.

Lauro Antônio afirmou que a palma pode ser transformada em farelo usado como complemento alimentar para os animais. Além de ser mais barato, ele seria mais nutritivo do que o de trigo, de acordo com o senador. O seu broto pode ser usado como base para sucos, biscoitos, sorvetes, conserva e doces.



Senadores elogiam “firmeza na condução dos trabalhos”

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou para hoje a sessão de encerramento da 54ª Legislatura.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) elogiou Sarney pela condução dos trabalhos “com firmeza nos momentos em que precisa ser firme, com suavidade em outros”.

Também cumprimentaram Sarney os líderes do governo, Romero Jucá (PMDB-RR); do PP, Francisco Dornelles (RJ); e do PTB, Gim Argello (DF); e os senadores do PT Paulo Paim (RS) e Eduardo Suplicy (SP).

Pela oposição, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse esperar para 2012 um debate “mais intenso”.

Cristovam diz que este ano foi “ímpar” para o Brasil e o mundo

“Este foi um ano ímpar para o exterior e o Brasil”, afirmou Cristovam Buarque (PDT-DF). Regimes autoritários e longevos enfrentaram os protestos da Primavera Árabe e terminaram. Países emergentes se consolidaram como economias florescentes, mas “com péssimos indicadores sociais”.

No Brasil, disse o senador, foi um ano de recessão econômica e retrocessos na infraestrutura e na educação de base. Na política, uma mulher assumiu a Presidência e grande quantidade de ministros foi obrigada a renunciar, destacou.



Gerônimo Magalhães/Senado Federal

Lídice da Mata faz balanço de seu mandato na Casa

Lídice da Mata (PSB-BA) vinculou sua eleição às do governador Jaques Wagner e do

senador Walter Pinheiro (PT-BA), assinalando que seu estado tem novo processo político e econômico, o que faz da Bahia hoje o oitavo estado em geração de empregos.

No Senado, onde preside a Subcomissão Temporária da Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016, ela destacou as votações do Código Florestal, da prorrogação da Desvinculação de Receitas da União e da nova distribuição dos royalties do petróleo.



Ano Volpeli/Senado Federal

Atuação com prioridades bem definidas, afirma Ana Rita

A atuação de Ana Rita (PT-ES) foi dirigida para os temas relacionados à reforma política, ao Código Florestal, ao Sistema Único de Assistência Social (Suas), às cotas sociais e raciais, às pessoas com deficiência, à aposentadoria das donas



de casa e à violência contra a mulher. A senadora mencionou ainda a redistribuição dos royalties do petróleo e a alteração na Lei do ICMS.

Ana Rita disse ter apresentado 15 projetos, entre os quais destacou os que tratam de direitos das mulheres.

Armando reafirma compromisso com o setor produtivo

Além de reafirmar seu compromisso com o setor produtivo, as pequenas empresas e o estímulo ao empreendedorismo, Armando Monteiro (PTB-PE) salientou sua preocupação com a segurança pública no Brasil. O senador associou a questão da segurança ao “flagelo” das drogas, classificou seu enfrentamento como “prioridade irrecusável”.

Em relação ao próximo ano, citou dois temas importantes: a reestruturação da dívida dos estados e a discussão do Código de Defesa do Contribuinte.



Gerônimo Magalhães/Senado Federal

Humberto Costa destaca matérias aprovadas em 2011

O líder do PT, Humberto Costa (PE) destacou, entre as realizações do Congresso em 2011, o reajuste do salário mínimo em 14,26% para 2012. Outra conquista, disse, foi a nova distribuição de royalties.

Nos debates da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, que presidiu em 2011, o senador destacou o PLS 121/07 – Complementar, que regulamenta a Emenda 29, estabelecendo percentuais mínimos de contribuição destinados à saúde.



Gerônimo Magalhães/Senado Federal